



Av. Loureiro da Silva, 255 - Bairro Centro Histórico, Porto Alegre/RS, CEP 90013-901

CNPJ: 89.522.437/0001-07

Telefone: - <http://www.camarapoa.rs.gov.br/>

## RELATÓRIO.

# Câmara Municipal de Porto Alegre

## Notas Explicativas: Exercício 2023

### 1) Informações Gerais:

O Poder Legislativo local é exercido pela Câmara Municipal de Porto Alegre, órgão da Administração Centralizada do Município de Porto Alegre, responsável por legislar e fiscalizar os atos do Poder Executivo. Sua sede fica no Palácio Aloísio Filho, localizado na Avenida Loureiro da Silva nº 255, na Capital do Estado do Rio Grande do Sul.

As Demonstrações Contábeis elaboradas pela Câmara Municipal de Porto Alegre estão de acordo com o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público, Parte V, Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público. Também estão em conformidade com a NBC TSP 11 – Apresentação das Demonstrações Contábeis, NBC TSP 12 – Demonstração dos Fluxos de Caixa, NBC – TSP 13 – Apresentação da Informação Orçamentária nas Demonstrações Contábeis, além da Lei nº 4.320/1964 e a Lei Complementar nº 101/2000.

A Câmara Municipal de Porto Alegre está implantando os procedimentos contábeis de forma gradual, conforme orientação técnica do Município de Porto Alegre.

### 2) Políticas Contábeis Significativas:

As bases das mensurações dos elementos das Demonstrações Contábeis são geralmente: as disponibilidades são mensuradas pelo valor original; as aplicações financeiras de liquidez imediata são avaliadas pelo valor justo, atualizadas mensalmente; os bens de almoxarifado são mensurados pelo preço médio ponderado; os bens de imobilizado são reconhecidos pelo custo histórico e a partir de sua depreciação são registrados pelo valor líquido contábil; as provisões são mensuradas pelo valor realizado no exercício anterior; os demais itens geralmente são avaliados pelo custo histórico.

### 3) Informações de Suporte e Detalhamento das Demonstrações Contábeis:

#### Balanço Orçamentário

O Balanço Orçamentário demonstrará as receitas detalhadas por categoria econômica e origem, especificando a previsão inicial, a previsão atualizada para o exercício, a receita realizada e o saldo, que corresponde ao excesso ou insuficiência de arrecadação. Demonstrará também as despesas por categoria econômica e grupo de natureza da despesa, discriminando a dotação inicial, a dotação atualizada por exercício, as despesas empenhadas, as despesas liquidadas, as despesas pagas e o saldo da dotação. O Balanço Orçamentário é composto por: Quadro Principal, Quadra da Execução dos Restos a Pagar Não Processados e Quadro da Execução dos Restos a Pagar Processados.

As despesas seguem o regime orçamentário de competência.

O Balanço Orçamentário de 2023 apresentou um déficit de R\$ 187.197.051,00. Tal desequilíbrio apresentado se justifica pelo fato de a CMPA não ser um agente arrecadador, ou seja, não possuir Receitas Orçamentárias. Suas despesas são realizadas com os recursos das transferências financeiras recebidas do Poder Executivo. Neste exercício, foram recebidas a título de transferências financeiras o valor de R\$ 207.531.000,00. O Saldo de Dotação, ou recursos não utilizados durante o exercício foram de R\$ 20.221.449,00 e estamos providenciando sua devolução ao Poder Executivo, assim como o valor de R\$ 112.500,00 referente a duodécimo recebido a maior durante o exercício de 2023.

Não houve atualização monetária dos valores aprovados da LOA antes ou após sua publicação.

Com relação aos restos a pagar não processados liquidados, adotamos o critério de manter o controle dos restos a pagar não processados liquidados separadamente. Quanto a execução dos restos a pagar não processados de exercícios anteriores apresentamos um saldo a pagar ao final do exercício de R\$ 2.516.568,82 e com relação aos restos a pagar processados de exercícios anteriores um saldo a pagar de R\$ 131.849,34.

## **Demonstração das Variações Patrimoniais**

A Demonstração das Variações Patrimoniais evidenciará as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indicará o resultado patrimonial do exercício. No setor público, o resultado patrimonial não é um indicador de desempenho, mas um medidor do quanto o serviço público ofertado promoveu alterações quantitativas dos elementos patrimoniais.

No exercício de 2023, as Variações Patrimoniais Aumentativas atingiram um total de R\$ 207.600.326,31 e as Variações Patrimoniais Diminutivas um total de R\$ 199.235.168,95. Sendo assim, o Resultado Patrimonial do Exercício foi de R\$ 8.365.157,36.

### **Balanço Patrimonial**

O Balanço Patrimonial é a demonstração contábil que evidencia, qualitativa e quantitativamente, a situação patrimonial da entidade pública por meio de contas representativas do patrimônio público, bem como os atos potenciais, que são registrados em contas de compensação devido a sua natureza de informação de controle.

O Balanço patrimonial é composto por: Quadro Principal, Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes, Quadro das Contas de Compensação e Quadro do Superávit ou Déficit Financeiro.

No subgrupo Caixa e Equivalentes de Caixa, as contas de aplicações financeiros de liquidez imediata tiveram os seus rendimentos reconhecidos mensalmente pelo princípio de competência. Os bancos utilizados foram o Banco do Estado do Rio Grande do Sul e Caixa Econômica Federal. Os critérios utilizados para definição de taxas e quantidade de valores aplicados foram os da necessidade e conveniência, conforme disponibilidade dos serviços por cada instituição financeira. Todos os rendimentos das aplicações financeiras de liquidez imediata foram repassados mensalmente ao Poder Executivo.

No subgrupo Demais Créditos e Valores a Curto Prazo, a conta FOPAG – Integração de Pagamentos (P) corresponde a uma conta transitória que é creditada no momento das liquidações dos empenhos da folha de pagamento e debitada no momento dos pagamentos destes empenhos.

No subgrupo Estoques, os estoques de almoxarifado estão sendo mensurados pelo preço médio ponderado de compras, calculado pelo sistema MOX, conforme inciso III, do artigo 106 da Lei nº 4.320/1964. O reconhecimento da VPD – Variação Patrimonial Diminutiva acontece quando da saída destes estoques do almoxarifado. Os lançamentos na contabilidade são efetuados mensalmente e manualmente através de relatório emitido pela Seção de Materiais.

No subgrupo Imobilizado, a depreciação acumulada é calculada pelo sistema CBP – Cadastro de Bens Patrimoniais, mensalmente, em quotas que representam um duodécimo da taxa de depreciação anual do bem e lançada manualmente na contabilidade através de relatório emitido pelo Setor de Patrimônio.

Também no subgrupo Imobilizado, com relação aos Bens Imóveis, solicitamos a avaliação dos mesmos pela Secretaria Municipal da Fazenda. No final de outubro de 2021, recebemos da Divisão de Avaliação de Imóveis/Equipe de Avaliação de Próprios e Locações o Laudo de Avaliação com o valor de mercado total estimado dos imóveis da CMPA de R\$ 138.280.000,00. Compõem este valor: o valor do terreno, das construções do prédio principal, do centro de convivência, do galpão crioulo, do telheiro e da unidade de geração solar fotovoltaica, conforme processo SEI 117.00012/2019-27. Sendo assim, estamos solicitando autorização para lançarmos estes valores na contabilidade e regularizar as contas pendentes de classificação que compõem a conta principal de Bens Imóveis.

No subgrupo Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo, as provisões de décimo terceiro e férias são calculadas utilizando o critério da apropriação mensal de um doze avos da despesa liquidada com décimo terceiro e férias do exercício anterior.

No subgrupo Demais Obrigações a Curto Prazo, os depósitos e cauções estão registrados na contabilidade pelo seu valor histórico. Estes valores, durante o período que ficam sob responsabilidade do Legislativo, ficam aplicados em instituições bancárias e seus rendimentos são repassados mensalmente ao Poder Executivo.

No Balanço Patrimonial do exercício de 2023, apuramos um Superávit Financeiro de R\$ 22.352.578,47.

### **Balanço Financeiro**

O Balanço Financeiro evidencia as receitas e despesas orçamentárias, bem como os ingressos e dispêndios extraorçamentários, conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para o início do exercício seguinte. Evidencia a movimentação financeira das entidades do setor público.

O Balanço Financeiro possibilita a apuração do Resultado Financeiro do Exercício. Em 2023, o Resultado Financeiro foi positivo de R\$ 6.478.205,46. Este valor representa um indicador de equilíbrio financeiro neste período.

## **Demonstração dos Fluxos de Caixa**

A Demonstração do Fluxo de Caixa deve evidenciar as alterações de caixa e equivalentes de caixa verificadas no exercício de referência. São classificadas em fluxos de caixa das atividades operacionais, das atividades de investimento e das atividades de financiamento. A soma destes três fluxos deverá corresponder à diferença entre os saldos iniciais e finais de caixa e equivalentes de caixa do exercício de referência.

A Demonstração dos Fluxos de Caixa é composta por: Quadro principal, Quadro de Transferências Recebidas e Concedidas, Quadro de Desembolsos de Pessoal e Demais Despesas Por Função e Quadro de Juros e Encargos da Dívida.

O Fluxo de Caixa Líquido das Atividades Operacionais teve um resultado positivo de R\$ 9.902.813,00. O Fluxo de Caixa Líquido das Atividades de Investimento teve um resultado negativo de R\$ 3.424.607,54. O Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento teve um resultado nulo. Assim, a Geração Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa resultou em R\$ 6.478.205,46. Este valor corresponde a diferença entre os saldos iniciais e finais de Caixa e Equivalentes de Caixa do exercício de 2023.

#### 4) Outras Informações Relevantes

Conforme informação do Controle Interno do Município, a Câmara Municipal de Porto Alegre tem as seguintes Certidões de Títulos Executivos registradas: certidão nº 919/2005, nº 195/2023 (paga), nº 897/2018 e 898/2018, cujos registros contábeis e cobranças são de responsabilidade do Poder Executivo.

Informamos que foram realizados, ao final do exercício, pagamentos de URV, conforme processo SEI: 013.00029/2023-83. Neste procedimento, os encargos sociais não foram reconhecidos pelo princípio de competência, conforme justificativa no mesmo processo.

#### 5) Disposições Finais

Estas são as informações adicionais consideradas parte integrante às apresentadas nas Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público que consideramos necessárias e relevantes. O objetivo destas notas explicativas é facilitar o entendimento da análise patrimonial, orçamentária e financeira das Demonstrações Contábeis do Legislativo Municipal com informações importantes, claras, sintéticas e objetivas.

Porto Alegre, 31 de dezembro de 2023.



Documento assinado eletronicamente por **Ricardo Isopo, Contador I**, em 05/02/2024, às 15:49, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no Art. 10, § 2º da Medida Provisória nº 2200-2/2001 e nas Resoluções de Mesa nºs 491/15, 495/15 e 504/15 da Câmara Municipal de Porto Alegre.



Documento assinado eletronicamente por **Alexandre Correa, Contador(a)**, em 05/02/2024, às 16:16, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no Art. 10, § 2º da Medida Provisória nº 2200-2/2001 e nas Resoluções de Mesa nºs 491/15, 495/15 e 504/15 da Câmara Municipal de Porto Alegre.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.camarapoa.rs.gov.br>, informando o código verificador **0693119** e o código CRC **9AD23137**.